

9. PROJETO DE LEI SOBRE POLÍTICA NACIONAL DE SANEAMENTO

Tramitam no Congresso diversas propostas de legislação relacionadas a saneamento, controle ambiental e gerenciamento de recursos hídricos. Essas propostas exigem uma avaliação, em função de suas implicações para a futura regulação dos serviços de saneamento no Brasil.

Uma delas é o Projeto de Lei nº 199, de 1993, que procura delinear o novo sistema e a nova política nacional de saneamento.

A política de saneamento teria por objetivo assegurar níveis crescentes de salubridade ambiental, que se define como o estado de higiene em que vive a população, “tanto no que se refere à sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias e epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo da saúde e do bem estar” (art. 1º).

A competência para a prestação de serviços de saneamento seria atribuída basicamente aos municípios, no que concerne aos serviços de interesse local. Nos casos de interesse supra-local seria resguardada a competência dos estados (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, agrupamentos de municípios limítrofes) e da União (serviços de âmbito interestadual), exigindo-se, em qualquer hipótese, a articulação entre os diferentes níveis de governo.

À União seriam reservadas basicamente funções de coordenação e fomento, incentivo e apoio, articulando-se os planos quinquenais nacionais com os planos quadrienais estaduais (art. 9º).

As diretrizes da política nacional de saneamento estão baseadas

nos seguintes princípios (art. 7º):

- descentralização progressiva, valorizando a capacitação estadual e municipal;
- participação da comunidade;
- planejamento integrado, articulando a política de saneamento com as políticas de saúde pública, meio ambiente, recursos hídricos e desenvolvimento urbano e rural;
- articulação interinstitucional e incentivo a soluções intermunicipais ou interestaduais conjuntas, com base em planos regionais integrados;
- modelos gerenciais eficientes e busca de máxima produtividade, tanto em nível micro (empresas) como em nível macro (alocação de recursos públicos).

Os serviços poderão ser prestados diretamente pelo setor público ou mediante regime de concessão ou permissão, neste caso sempre com base em autorização legal e prévia licitação (arts. 6º e 3º).

A política seria executada com base em três instrumentos principais: o Conselho Nacional de Saneamento, o Plano Nacional de Saneamento e o Fundo Nacional de Saneamento.

O Conselho Nacional de Saneamento teria, no mínimo, os seguintes participantes: ministros-chefes das Secretarias do Planejamento e de Assuntos Estratégicos, ministros da Fazenda, da Ciência e Tecnolo-

gia, do Meio Ambiente, da Saúde, da Ação Social, cinco representantes regionais dos estados e cinco representantes regionais dos municípios, ou seja, 17 representantes do setor público, aos quais seria agregado um número equivalente de representantes da sociedade civil organizada.

O conselho corresponderia a um órgão colegiado normativo e deliberativo, de nível estratégico superior, tendo como seu braço executivo uma poderosa secretaria executiva, que, entre outras atribuições, teria a seu cargo a gerência do Fundo Nacional de Saneamento (art. 16). Enquanto não fosse estruturada essa secretaria, com todos os “recursos materiais, humanos, financeiros, institucionais e administrativos necessários ao pleno cumprimento de suas funções”, estas seriam exercidas pela Secretaria Nacional de Saneamento (art. 29).

O artigo 20 do projeto estabelece os requisitos básicos a serem atendidos pelo Plano Nacional de Saneamento, em termos de diagnóstico da salubridade ambiental do país, objetivos de longo alcance e metas de curto prazo, estratégias, políticas, diretrizes, definição de ações, programas e projetos, especificação de prazos e dos recursos necessários.

Note-se que, além da atribuição de elaborar o plano (com a função de “discutir e aprovar propostas de projeto de lei” a ele referentes), o conselho nacional teria o encargo de apreciar e aprovar anualmente um relatório sobre a situação da salubridade ambiental no Brasil.

O Fundo Nacional de Saneamento seria um fundo rotativo voltado para o financiamento dos investimentos previstos no Plano, tanto sob a forma de empréstimos reembolsáveis quanto, em casos especiais, sob a forma de subsídios e gastos a fundo perdido.

Não seria criada nenhuma fonte especial de recursos para o setor, prevendo-se que esses recursos seriam oriundos de dotações orçamentárias da União, estados e municípios, de empréstimos externos, “dos

sistemas de seguridade social, na forma da Constituição" (art. 24, inciso VI) e de outras fontes, como o FGTS.

Esse projeto, como seria de esperar, suscitou muitas dúvidas e controvérsias. Em primeiro lugar ele implicava uma contradição entre os seus expressos propósitos de descentralização e a estrutura centralizada de gerenciamento que está implícita em sua proposta

Sugere-se a criação de um "conselhão" que dificilmente teria condições de tornar-se operacional, dada a abrangência de suas atribuições e o elevado número de participantes. Na realidade, pela amplitude de suas atribuições, que inclui até mesmo pronunciar-se sobre projetos de lei relacionados a saneamento, poder-se-ia argumentar que o conselho estaria usurpando prerrogativas do Congresso.

O fundo proposto também tenderia à inoperância. É difícil entender a sua utilidade, já que os recursos serão os mesmos previstos nos orçamentos públicos. Pode-se questionar até mesmo a sua viabilidade, na medida em que venha a depender de recursos de estados e municípios, que naturalmente não terão nenhum interesse em repassar recursos dos seus orçamentos para serem administrados, de forma centralizada, em nível federal.